

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 012/2017 SESSÃO ORDINÁRIA - 17/04/2017

- 1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 043/2017 - PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Processo nº 14740.
- 2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 051/2017 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Processo nº 14750.
- 3 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 052/2017 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Processo nº 14751.
- 4 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 013/2017 - HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT** - Autoriza o Município de Rio Claro a estabelecer critérios para desembarque de idosos e portadores de necessidades especiais, fora da parada do ônibus, em período noturno nos veículos de transporte coletivo do Município de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 14697.
- 5 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 036/2017 - ANDRÉ LUIS DE GODOY** - Institui o Dia "Corrida Solidária" no Município de Rio Claro. Processo nº 14731.
- 6 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 059/2017 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 59/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 14761.
- 7 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 031/2017 - RUGGERO AUGUSTO SERON** - Dispõe sobre a criação do Programa "Jogando Limpo no Bairro". Parecer Jurídico nº 31/2017 - pela legalidade com ressalvas. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 047/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 036/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 036/2017 - pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES.** Processo nº 14723.
- 8 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 035/2017 - ADRIANO LA TORRE** - Acrescenta incisos ao Artigo 2º da Lei nº 3058, de 24 de setembro de 1999. Parecer Jurídico nº 35/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 045/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 024/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 034/2017 - pela aprovação. Processo nº 14730.

+++++

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 043/2017

PROCESSO Nº 14740

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo) .

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Procuradoria Geral do Estado - Região de Campinas, para cessão de servidor público municipal para exercer suas atribuições junto à Procuradoria Geral do Estado - Seccional de Rio Claro-SP, sem ônus, tudo conforme Termo de Convênio em anexo.

Artigo 2º - Ao servidor público designado incumbirá a realização de serviços administrativos junto à Procuradoria Geral do Estado - Seccional de Rio Claro-SP, atualmente situada no interior da Diretoria Regional do DER/DR13, com endereço nesta cidade, na Avenida da Saudade, nº 37, Consolação, estando suas obrigações, assim como as obrigações do cedente e do cessionário descritas no Termo de Convênio.

Artigo 3º - O convênio celebrado terá prazo de vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data da homologação pelo Órgão competente, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Artigo 4º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por verba orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 10/04/2017 - Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROCESSO Nº 14750

PROJETO DE LEI Nº 051/2017

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica aberto na Secretaria Municipal de Turismo um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.810.607,00 (Hum milhão, oitocentos e dez mil, seiscentos e sete reais), para dar atendimento às despesas decorrentes com obras diversas.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em 25% (vinte e cinco por cento), mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta Lei, será a seguinte: -

16.00 - Secretaria Municipal de Turismo
16.01 - Gabinete do Secretário e Dependências
16.01.23 - Comércio e Serviços
16.01.23.695 - Turismo
16.01.23.695.6010 - Gestão das Políticas de Turismo
16.01.23.695.6010.1042 - 4490 - Obras Diversas

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º será coberto com os seguintes recursos:

I - Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 16.00 - Secretaria Municipal de Turismo	
UNID. ORÇ. 01 - Gabinete do Secretário e Dependências	
16.01.23.695.6010.2003.4490 (557) - Manutenção da Secretaria	18.107,00

II - Repasse do Ministério do Turismo	1.792.500,00
---------------------------------------	--------------

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2014 a 2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, as despesas decorrentes para atender as Obras Diversas da Secretaria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 10/04/2017 -
Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 052/2017

PROCESSO Nº 14751

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica aberto na Secretaria Municipal de Esportes um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 501.948,26 (Quinhentos e um mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), para dar atendimento às despesas decorrentes com obras diversas.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em 25% (vinte e cinco por cento), mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta Lei, será a seguinte: -

10.00 - Secretaria Municipal de Esportes
10.01 - Gabinete do Secretário e Dependências
10.01.27 - Desporto e Lazer
10.01.27.813 - Lazer
10.01.27.813.3001 - Gestão das Políticas de Esporte e Lazer
10.01.27.813.3001.1042 - 4490 - Obras Diversas

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º será coberto com os seguintes recursos:

I - Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 10.00 - Secretaria Municipal de Esportes	
UNID. ORÇ. 01 - Gabinete do Secretário e Dependências	
10.01.27.813.3001.2003.4490(314) - Manutenção da Secretaria	4.698,26

II - Repasse do Ministério do Esporte	497.250,00
---------------------------------------	------------

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2014 a 2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, as despesas decorrentes para atender as Obras Diversas da Secretaria de Esportes.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 10/04/2017 -
Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 013/2017

PROCESSO Nº 14697

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Autoriza o Município de Rio Claro a estabelecer critérios para desembarque de idosos e portadores de necessidades especiais, fora da parada do ônibus, em período noturno nos veículos de transporte coletivo do Município de Rio Claro e dá outras providências).

Artigo 1º - Todas as empresas de transportes coletivos e urbanos do Município de Rio Claro poderão ser dispensadas de obedecer os lugares de parada obrigatória, ou preestabelecidas dos pontos de ônibus para efeitos de desembarque de idosos e portadores de necessidades especiais, no período noturno após às 22 horas.

Artigo 2º - Todos os transportes coletivos poderão parar para o desembarque de idosos e pessoas com necessidades especiais, nos locais indicados por elas, ainda que fora do ponto de parada, desde que respeitando os itinerários originais das linhas e os preceitos decorrentes da correta condução do veículo, esculpidos pelo Código de Trânsito Nacional.

Artigo 3º - As empresas de transporte coletivo poderão divulgar, em local de alta visibilidade, no espaço interno dos veículos, a garantia da nova regra do desembarque noturno para idosos e pessoas com necessidades especiais.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 10/04/2017 - Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 036/2017

PROCESSO Nº 14731

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Institui o Dia “Corrida Solidária” no Município de Rio Claro).

Artigo 1º - Fica instituído o Dia “Corrida Solidária” no Município de Rio Claro-SP.

Parágrafo Único - O evento será realizado anualmente na primeira quinzena do mês de outubro situado as imediações do Aeroclube do Município.

Artigo 2º - O evento deverá ser organizado conforme as normativas do regulamento de corridas de rua, incluindo as categorias, infantil, juvenil, adulto e melhor idade.

Artigo 3º - a inscrição será efetivada por meio de doação de 1 (um) quilo de alimento não perecível, que serão destinados ao Fundo Social de Solidariedade.

Artigo 4º - o evento poderá contar com a participação de empresas e comércios do Município, que queiram oferecer apoio em parceria com o Poder Executivo.

Parágrafo Único - Caberá ao Poder Executivo, regulamentar a presente Lei no que couber.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 10/04/2017 -
Maioria Simples.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.0015

Rio Claro, 04 de abril de 2017

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e dos demais nobres Edis, para análise e votação o anexo Projeto de Lei, com fundamento nos artigos 42 e 43 da Lei n.º 4.320 de 17/03/1964, o qual solicita autorização legislativa para a abertura de Crédito Adicional Especial, pois o Município foi contemplado com a emenda parlamentar para a Estruturação da Rede de Proteção Básica do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, e devido as necessidades dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atendem crianças, adolescentes e idosos referenciados aos CRAS, está sendo solicitada aquisição de uma van com 15 lugares mais motorista, adaptada com elevador de acesso para pessoas com dificuldades de locomoção ou cadeirantes.

Na certeza da rápida aprovação do incluso Projeto por parte dos nobres Senhores Vereadores, antecipo os mais sinceros agradecimentos e aproveito para solicitar que o mesmo tenha sua tramitação em caráter de urgência nos termos do artigo 50 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
ANDRE LUIS DE GODOY
DD.Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO

CÂMARA SECRETARIA

06/04/2017 09:18:4



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 59/2017

(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências)

Artigo 1º - Fica aberto na Secretaria Municipal de Ação Social um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 171.876,67 (cento e setenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos), para aquisição de van com 15 lugares mais motorista, adaptada com elevador de acesso para pessoas com dificuldades de locomoção ou cadeirantes.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em 25% (vinte e cinco por cento), mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta Lei, será a seguinte: -

14.00 - Secretaria Municipal de Ação Social
14.03 - Fundo Municipal de Assistência Social
14.03.08 - Assistência Social
14.03.08.244 - Assistência Comunitária
14.03.08.244.4001 - Gestão das Políticas Sociais
14.03.08.244.4001.2253 - 4490 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º será coberto com os seguintes recursos:

I - Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 14.00 - Secretaria Municipal de Ação Social
UNID. ORÇ. 01 - Gabinete do Secretário e Dependências
14.01.08.244.4001.2245.3390 (1336) - Manutenção do Centro Dia do Idoso 71.876,67

II - Repasse Federal (Emenda Parlamentar) 100.000,00

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2014 a 2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, as despesas decorrentes para aquisição de van com 15 lugares mais motorista, adaptada com elevador de acesso para pessoas com dificuldades de locomoção ou cadeirantes.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

08



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ANEXO

Altera o Plano Plurianual 2014 – 2017

Acréscimo

Programa: 4001 - Gestão das Políticas Sociais
Objetivo: Aquisição de van adaptada com elevador.
Órgão Resp. Principal: 14.00 - Secretaria Municipal de Ação Social
Indicador: Porcentagem - **Índice Mais Recente:** 0% - **Índice Final PPA:** 100%

Valores Expressos em R\$ milhares / médios / 2017						
AÇÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	PROD./UND. DE MEDIDA	META FÍSICA 2014-2017	VALOR 2017
2253 – Serv.de Conv e Fortalecimento de Vínculo	08	244	14.00	Porcentagem	100%	172
Total do Acrésc.						172

Anulação

Valores Expressos em R\$ milhares / médios / 2017						
AÇÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	ÓRGÃO EXECUTOR	PROD./UND. DE MEDIDA	META FÍSICA 2014-2017	VALOR 2017
2245 – Manutenção do Centro Dia do Idoso	08	244	14.00	Porcentagem	100%	72
Total da Anulação						72

Repasse Federal (Emenda Parlamentar) R\$ 100.000,00

JUSTIFICATIVA DAS MODIFICAÇÕES: Abertura de Crédito Adicional Especial destinado aquisição de van com 15 lugares mais motorista, adaptada com elevador de acesso para pessoas com dificuldades de locomoção ou cadeirantes.

09
X

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 59/2017, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 59/2017, PROCESSO Nº 14761-748-17.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 59/2017, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, nos termos do disposto no artigo 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no artigo 44 da Lei Orgânica do Município.

Por sua vez, o artigo 79, incisos XV e XIX, da LOMRC, estabelece ser de competência do Senhor Prefeito Municipal, realizar operações de crédito autorizadas pela Câmara Municipal e delegar por decreto à autoridade do Executivo, funções administrativas que sejam de sua exclusiva competência, dentro dos limites e restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

DA LEGALIDADE

A Lei 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.


R10


10

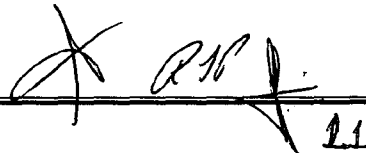
Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Os artigos 42 e 43 da mencionada legislação dispõem que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo, assim como que a abertura dos referidos créditos depende da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e será precedida de justificativa.

Nota-se, no caso em tela, que as exigências acima relatadas foram cumpridas, tendo em vista que as despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do recurso de anulação parcial da dotação orçamentária e repasse Federal por Emenda Parlamentar 14.03.08.244.4001.2253.4490 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, própria vigente para o exercício de 2017 da Secretaria Municipal de Ação Social, sendo transferida a dotação com rubrica sob o nº 14.01.08.244.4001.2245-3390(1336)-Manutenção do Centro Dia do Idoso, no valor de R\$ 71.876,67 e Repasse Federal por Emenda Parlamentar no valor de R\$ 100.000,00, perfazendo um total de R\$ 171.876,67.

Repise-se, que o referido projeto visa à abertura de Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Ação Social para aquisição de Van com 15 lugares mais motorista, adaptada com elevador de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção ou cadeirantes, no valor de R\$ 171.876,67(cento e setenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos), destinados a aquisição da Van e autorização de elevar o referido Crédito em 25%(vinte e cinco por cento), mediante Decreto, com base na Lei Federal nº 4.320/1964, bem como alterar o Plano Plurianual 2014 – 2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



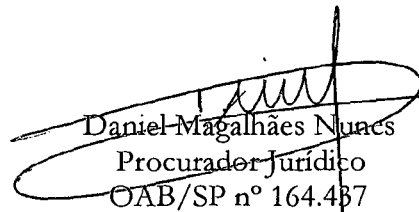
21

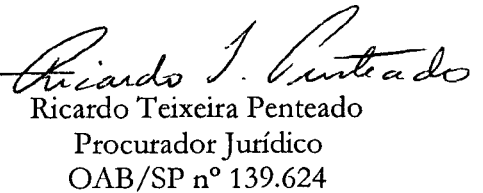
Câmara Municipal de Rio Claro

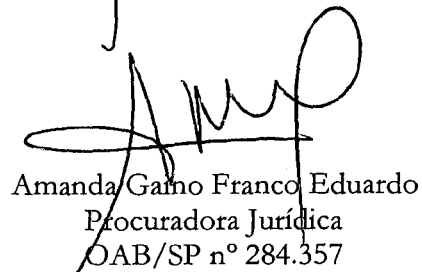
Estado de São Paulo

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**.

Rio Claro, 11 de abril de 2017.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaião Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

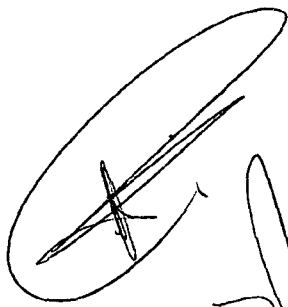



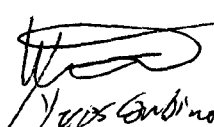
PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 059/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 10 de abril de 2017.


Paulo do Carmo
Luciano F. Melo
Albino Alves

Paulo Freitas
Adriano de Souza
in F. Demarchi

Ramon A. Alti

Chander Augusto Lopes

Marcos Antônio

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 031/2017

(Dispõe sobre a criação do Programa "Jogando Limpo no Bairro").

Art. 1º - Fica Instituído o Programa "Jogando Limpo no Bairro", que poderá ser desenvolvido regularmente pelo Poder Público Municipal em parceria com entidades civis, empresas ou munícipes em praças ou largos de bairros, nas quais será permitida a realização de uma ou mais das seguintes atividades:

I – Integração com a Comunidade;

II – Atividades de lazer, esportivas e recreação;

III – Atividades culturais;

IV – Oficinas ambientais para educação ambiental, troca sustentável e consciência ambiental.

Art. 2º - O Programa "Jogando Limpo no Bairro!" tem por objetivo:

I - Discutir os conceitos de desenvolvimento social, econômico e sustentável, admitindo a hipótese da relação implícita destes com o processo de geração, manejo e disposição final de resíduos sólidos urbanos como um problema que agrava a degradação do território ocupado.

II - Traçar a trajetória e avaliar estratégias de políticas públicas sobre destinação de resíduos sólidos no Brasil e em Rio Claro.

III - Investigar as formas de deposição final dos resíduos sólidos em Rio Claro em vias, logradouros públicos, loteamentos e aterros, e o que tem sido feito para ajustar as possíveis irregularidades.

IV – Estimular crianças e adolescentes de escolas municipais e estaduais a conhecerem o programa e estimularem a troca sustentável de materiais recicláveis por verduras e legumes da horta municipal de Rio Claro.

V – Proporcionar através de atividades esportivas, culturais e recreativas a consciências de um mundo sustentável e descarte consciente de resíduos sólidos.

VI – Educar e mobilizar os cidadãos em relação aos mais importantes temas ambientais pertinentes ao bairro em que o projeto for realizado.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá desenvolver a ambientação do local definido para a realização do programa, bem como instalação sinalização de trânsito adequada à segurança dos participantes e readequação do passeio quando necessário.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 4º - A segurança da área do evento poderá ser mantida pelos órgãos competentes.

Art. 5º - O Programa "Jogando Limpo no Bairro" poderá ser organizado pelo Poder Executivo Municipal e Secretarias afins em parceria com entidades públicas, sociedade civil e a iniciativa privada.

Art. 6º - O pedido para a realização do Programa em determinado bairro poderá ser apresentado à Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente – Sepladema, com a identificação pessoal e para correspondência de quem encaminha a solicitação e o endereço do local apropriado para o evento.

Art. 7º - A deliberação poderá ser comunicada ao solicitante por correspondência impressa destinada ao endereço pessoal e publicada no Portal da Prefeitura para conhecimento público.

Art. 8º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentárias próprias.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

Rio Claro, 03 de março de 2017.


RUGGERIO A. SERON / PROERD
VEREADOR DEM
Líder de Governo

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 31/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 31/2017, PROCESSO Nº 14723-710-17.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 031/2017, de autoria do nobre Vereador Ruggero Augusto Seron, que dispõe sobre a criação do Programa "Jogando Limpo no Bairro".

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

RJN

16

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei visa o estímulo de atividades de lazer, esportivas, culturais, ambientais e de recreação entre as pessoas para uma maior integração da comunidade.

Entretanto, considerando que o artigo 46, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro dispõe que compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública, **entendemos que, para não incorrer em vício de iniciativa, deve ser elaborada uma emenda modificativa ao artigo 7º, ficando o mesmo com a seguinte redação:**

*"Artigo 7º - A deliberação poderá ser comunicada ao solicitante por correspondência impressa destinada ao endereço pessoal, **assim como poderá** ser publicada no Portal da Prefeitura para conhecimento público, a **critério do Poder Executivo Municipal**".*

218 

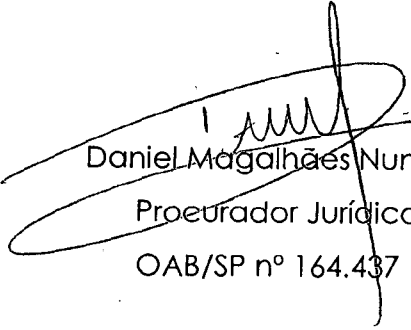
Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

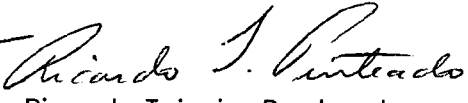
Também recomendamos que, para uma melhor técnica legislativa na redação final do projeto, o artigo 9º passe a ser artigo 10, assim como o artigo 10 passe a ser o artigo 9º (inversão).

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se **reveste de legalidade, com as ressalvas acima mencionadas.**

Rio Claro, 21 de março de 2017.



Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 031/2017

PROCESSO 14.723-710-17

PARECER Nº 047/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Ruggero Augusto Seron** Dispõe sobre a criação do Programa “Jogando Limpo no Bairro”.

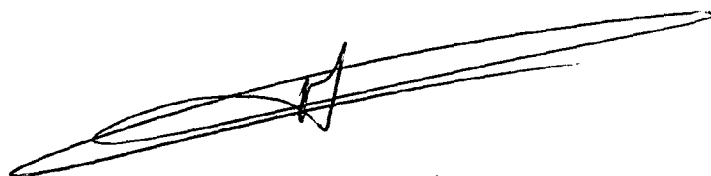
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de abril de 2017.



Dermeval Nevoeiro Demarchi

Presidente



Paulo Marcos Guedes

Relator

Rafael Henrique Andreeta

Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 031/2017

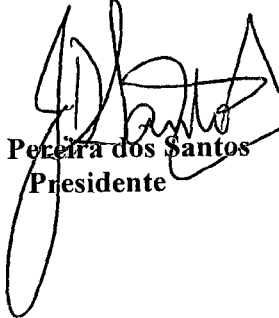
PROCESSO 14.723-710-17

PARECER Nº 036/2017


O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Ruggero Augusto Seron** Dispõe sobre a criação do Programa “Jogando Limpo no Bairro”.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 10 de abril de 2017.


José Pereira dos Santos
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 031/2017


PROCESSO 14.723-710-17

PARECER Nº 036/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Ruggero Augusto Seron** Dispõe sobre a criação do Programa “Jogando Limpo no Bairro”.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 06 de abril de 2017.


Adriano La Torre
Presidente

Irander Augusto Lopes

Relator


Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO GUEDES,
AO PROJETO DE LEI Nº031/2017.**

- 1. EMENDA MODIFICATIVA** – na redação do Artigo 7º onde se lê “A deliberação poderá ser comunicada ao solicitante por correspondência impressa destinadas ao endereço pessoal e publicada no Portal da Prefeitura para conhecimento público.”, leia-se “A deliberação poderá ser comunicada ao solicitante por correspondência impressa destinada ao endereço pessoal, assim como poderá ser publicada no Portal da Prefeitura para conhecimento público, a critério do Poder Executivo Municipal.”
- 2. EMENDA MODIFICATIVA** – a redação do Artigo 9º passa a ser do Artigo 10º, assim como o Artigo 10º passa a ser Artigo 9º.

Rio Claro, 03 de Abril de 2017.



PAULO GUEDES
Vereador

03/03/2017 19:34

CÂMARA SECRETARIA

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 035/2017

(Acrescenta incisos ao Artigo 2º da Lei nº 3058, de 24 de setembro de 1999).

Artigo 1º - Acrescenta os incisos XV, XVI, XVII ao Artigo 2º da Lei nº 3058, de 24 de setembro de 1999, com as seguintes redações:

"Artigo 2º -


XV – 01 representante do SEST SENAT Rio Claro;

XVI – 01 representante da Guarda Civil Municipal,

XVII – 01 representante do SINDIMOTO Rio Claro.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 07 de março de 2017.


ADRIANO LA TORRE
Vereador



SIND. DOS TRABALHADORES EMPREGADOS, COND. DE
UTIL. EM DUAS OU TRÊS RODAS MOTORIZADOS OU NÃO DE
RIO CLARO E REGIÃO. SINDIMOTO RIO CLARO-SP
CNPJ 24.837.060/0001-21

Ofício nº 01/2017

Rio Claro 07 de Março de 2017

De: Sindimoto Rio Claro e Região- Sp

Neste ato representado por seu Presidente Sr. Rogerio Henrique Leite.

Para: Vereador Adriano Latorre.

Assunto: Pedido de Projeto de Lei.

Vossa Excelência Senhor Adriano La Torre, Vereador da
Câmara Municipal de Rio Claro-SP

Vimos através deste, muito respeitosamente, solicitar de
Vossa Excelência um projeto de lei para acrescentar as
entidades Sest Senat Rio Claro, Guarda Civil Municipal de
Rio Claro e Sindimoto Rio Claro, na lei de conselho da
mobilidade urbana, assim atualizando a lei com as novas
entidades que já contribuem para uma mobilidade urbana
no trânsito melhor da nossa cidade, tendo na lei com 01
representante de cada entidade.

Diante do acima exposto, agradecemos a Vossa
Excelência a atenção de se colocar a disposição em
apresentar esse projeto de lei.

Atenciosamente,

ROGERIO HENRIQUE LEITE (CPF 222.847.068-99)

Juliane Isler Betelechi
Quiladora da Guarda
Civil Municipal

Cristiano Rodrigues
Diretor de Mobilidade

Rua Três 1788, Sala 3, Centro - Rio Claro - SP - CEP 13.500-162

Fone: (19) 3523-6886 e (19) 99649-6884

Email: sindimotorioclaro@yahoo.com

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 35/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 35/2017, PROCESSO Nº 14730-717-17.



Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 35/2017, de autoria do nobre Vereador Adriano La Torre, que acrescenta incisos ao artigo 2º da Lei nº 3058, de 24 de setembro de 1999.

No tocante ao disposto no Projeto de Lei em análise, esta Procuradoria Jurídica esclarece o seguinte:

A competência de iniciativa para criar um Conselho Municipal é privativa do Prefeito Municipal, a teor do artigo 46, inciso II, bem como do art. 79, inciso XXX, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Todavia, após a iniciativa do Prefeito, a doutrina sustenta que nos projetos de iniciativa do Prefeito as restrições no tocante a emendas ou posteriores alterações legais ficam reduzidas à proibição de aumento de despesas e à hipótese de impertinência ao tema principal do projeto, ou seja, para que o mesmo não perca o seu objeto e função.

R10



25

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Esse é o entendimento do Pretório Excelso (Tribunal Pleno, Recurso Extraordinário n.º 134278/SP, julgado em 27.02.2004, relator Ministro Sepúlveda Pertence):

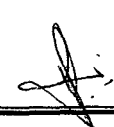

“Servidores da Câmara Municipal de Osasco: vencimentos: teto remuneratório resultante de emenda parlamentar apresentada a projeto de lei de iniciativa reservada ao Poder Executivo versando sobre aumento de vencimentos (L. mun. 1.965/87, art. 3º): inocorrência de violação da regra de reserva de iniciativa (CF/69, art. 57, parág. único, I; CF/88, art. 63, I). A reserva de iniciativa a outro Poder não implica vedação de emenda de origem parlamentar desde que pertinente à matéria da proposição e não acarrete aumento de despesa: precedentes.”
[Grifo nosso].

O E. Tribunal de Justiça gaúcho, recentemente, em ação proposta pelo Prefeito Municipal de Sant’ana do Livramento contra lei de sua iniciativa que foi emendada pelo Legislativo local para o fim de alterar a composição do Conselho Municipal de Saúde, julgou da seguinte forma (ADI n.º 70017277542, rel. Des. Arno Werlang, j. 02.10.2006):

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. EMENDA LEGISLATIVA MODIFICATIVA. Em se tratando de emenda legislativa sem que acarretado aumento de despesa à Administração e descaracterizada hipótese de impertinência temática, vedado ao Judiciário, no controle da constitucionalidade das leis, substituir-se ao Poder Legislativo, não há falar em decreto de inconstitucionalidade. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.”(gn)

No mesmo sentido, a ADI n.º 70023156011, que teve como relator o Des. Luiz Felipe Silveira Difini, julgada em 18.08.2008:

R 10



26

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO NO PROCESSO LEGISLATIVO REFERENTE À LEI MUNICIPAL Nº 4.766/07. OBSERVÂNCIA DA COMPETÊNCIA DE INICIATIVA LEGISLATIVA. EMENDAS PARLAMENTARES QUE NÃO IMPORTARAM EM AUMENTO DE DESPESA. LEGALIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SUPREMA CORTE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.”

Na doutrina, Hely Lopes Meirelles afirma que o poder de emenda por parte dos parlamentares é possível desde que não acarrete despesa (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 15.ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p.734):

“A exclusividade da iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto às matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque estas transbordam da iniciativa do Executivo. Nota-se, em acréscimo, que o art. 63, I, da CF veda o aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Executivo, ressalvadas as emendas aos projetos que dispõem sobre matéria orçamentária. Todavia, mister se faz que tais emendas indiquem os recursos necessários à ampliação da despesa, admitindo-se, apenas os recursos provenientes de anulação de despesa, excluídas as relativas às dotações para pessoal e seus encargos e aos serviços das dívidas. Negar sumariamente o direito de emenda à Câmara é reduzir esse órgão a mero homologador da lei proposta pelo Prefeito, o que nos parece incompatível com a função legislativa que lhe é própria. Por outro lado, conceder à Câmara o poder ilimitado de emendar a proposta de iniciativa exclusiva do Prefeito seria invalidar o privilégio constitucional estabelecido em favor do executivo.”

Assim, o objetivo do presente projeto é assegurar a participação da coletividade, aumentando a representatividade da sociedade, acrescentando um representante do SEST SENAT, da Guarda Civil Municipal e do SINDIMOTO Rio Claro, sendo relevante a maior participação no Conselho Municipal de Transportes Públicos.

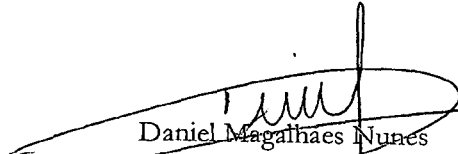


Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

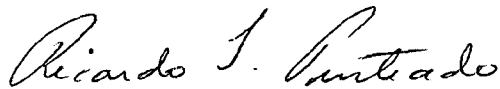
Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **reveste-se de legalidade**.

Rio Claro, 30 de março de 2017.


Daniel Magalhães Nunes

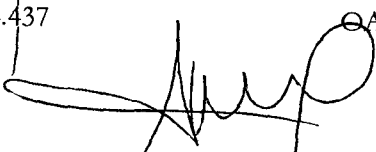
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteadó

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 035/2017

PROCESSO 14.730-717-17

PARECER Nº 045/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador Adriano La Torre Acrescenta incisos ao Artigo 2º da Lei nº 3058, de 24 de setembro de 1999.

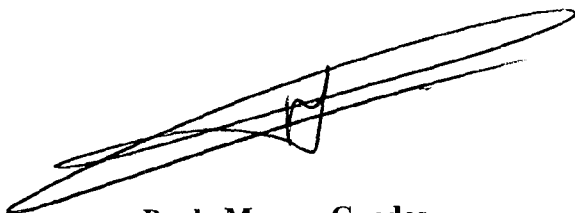
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de abril de 2017.



Dermeval Nevoeiro Demarchi

Presidente



Paulo Marcos Guedes

Relator

Rafael Henrique Andreeta

Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 035/2017

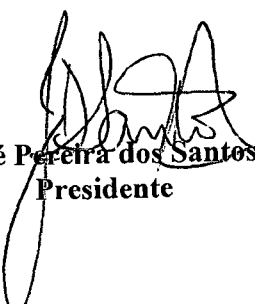
PROCESSO 14.730-717-17

PARECER Nº 024/2017

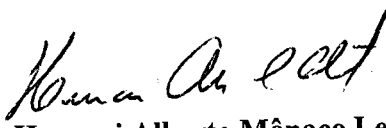
O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador Adriano La Torre Acrescenta incisos ao Artigo 2º da Lei nº 3058, de 24 de setembro de 1999.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 10 de abril de 2017.


José Pereira dos Santos
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 035/2017

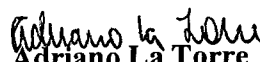
PROCESSO 14.730-717-17

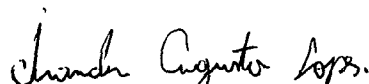
PARECER Nº 034/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador Adriano La Torre Acrescenta incisos ao Artigo 2º da Lei nº 3058, de 24 de setembro de 1999.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 06 de abril de 2017.


Adriano La Torre
Presidente


Irander Augusto Lopes

Relator

Caroline Gomes Ferreira
Membro